

TESE SINTSEP-GO

Presidente

Ademar Rodrigues de Souza

Vice-Presidente

José Roberto Rodrigues da Cunha

Secretário Geral

Gilberto Jorge Cordeiro Gomes

Diretoria de Finanças

Vicente Gonçalves Ribeiro

2a Diretoria de Finanças

Carlos Alberto Esteves Ferreira

Diretoria de Organização

Deusina Azevedo Soares

Diretoria Imprensa, Comunicação e Promoção

Nílson de Oliveira Costa

Diretoria Assuntos Jurídicos

Welison Marques de Araújo

Diretoria Formação Sindical e Sindicalização

Márcia Jorge

Diretoria Estudo Socioeconômicos

Adaucto Joaquim da Cruz Neto

Diretoria Aposentado e Pensionistas

Vilmar Martins da Silva

Diretoria de Apoio ao Pessoal do Interior

Crescêncio Pinhão de Sena

Diretoria de Articulação e Mov. Pop. e Estudantis

Dulce Costa Oliveira

Diretoria da Mulher

Isabel Lima Pinto

Direção Ampliada

1- Onir Carlos dos Santos

2- Anivaldo Quirino da Silva

3- Deuselene Ramos de Moraes

4- Noel Paulo de Freitas

5- Albertino Martins de Oliveira

6- Maura Lázara Leão

- 7- João Cordeiro Sobrinho
- 8- Francisco Aciso Leles
- 9- Miguel Bento Fraga Filho
- 10- Pio Tadeu da Silva Lima
- 11- Osmar Martins Teixeira
- 12- Henrique P. de Carvalho
- 13- Divino Donizete da Silva
- 14- Mariozan Vieira de Souza
- 15- Raimundo Nonato de Miranda

Conselho Fiscal

- 1- Welson José Valente
- 2- Getúlio Rodrigues da Silva
- 3- Joenilsa Lopes Ribeiro

Suplentes do Conselho Fiscal

- 1- João Gomes da Silva
- 2- André Elias Marques
- 3- Welton Pereira de Oliveira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO/PROGRAMAÇÃO

A Diretoria Executiva do SINTSEP-GO, com base no § Único do art. 63 e art. 66 do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás – SINTSEP-GO aprovado em Plenária de seu 1º Congresso realizado nos dias 22 e 23.04.89, com modificações estatutárias efetuadas na Assembleia-Geral de 16.12.93 e nas Plenárias dos III e IV Congressos realizados em 27 e 28/10/95 e 18, 19 e 20/11/97, e na Assembleia Geral Extraordinária em 15/09/2014, quando foi consolidado seu estatuto, CONVOCA o seu XI Congresso para os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2017, a realizar-se no GOLDEN DOLPHIN HOTEL, sito à Av. Ministro Elias Bufáical, Gleba I, na cidade de Caldas Novas/GO, bem como, com base no art. 57 a Assembleia Geral Ordinária para apreciação e aprovação da prestação de contas do período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2017.

Os trabalhos obedecerão a seguinte programação:

:: Dia: 8 de Dezembro de 2017

- Inscrições: 14:00h às 18:00h
- Jantar: 19:00 às 20:30 HS
- Abertura: 20:30 às 21:00
- Leitura e Ap. do Regimento Interno: 21:00h às 21:30h

:: Dia: 9 de Dezembro de 2017

- Inscrições 8:00h às 10:00h
- Informes Gerais: 08:00h às 08:40h
- Anál. de Conjunt. Nac. e Intern. : 08:40h às 11:00h
- Debate: 11:00h às 12:30h
- Almoço: 12:30h às 13:30h
- Balanço do SINTSEP-GO e da Luta dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Plano de Lutas/Pauta de Reivindicações): 13:30h às 15:00h
- Debate: 15:00h às 16:30h
- Intervalo: 16:30h às 17:00h
- Trabalho de Grupo: 17:00h às 20 horas.
- Jantar: 20 horas

:: Dia: 10 de Dezembro de 2017

- Apres. Cultural e Confraternização: 8h30 às 9h30
- Prestação de Contas : 9:30h às 10:30h
- Plenária Final e Encerramento: 10:30h às 11:30h
- Assembleia Extraordinária: 11:30 às 12:00h
- Almoço: 12:00h às 14:00h

O XI Congresso do SINTSEP-GO e a Assembleia Geral Ordinária têm o seguinte temário:

- Informes Gerais*
- Análise de conjuntura Nacional e Internacional;*
- Balanço do SINTSEP-GO e da luta dos trabalhadores(as) no Serviço Público Federal;*
- Plano de lutas;*
- Pauta de reivindicações;*
- Prestação de contas do período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2017.*

-Delegados: A escolha de delegados seguirá um critério misto. Serão delegados e delegadas de base e seus suplentes que tiverem participado de no mínimo três quartos das plenárias sindicais de base no período de 21 de fevereiro 2017 a 10 de outubro de 2017. Será também eleito um delegado ou uma delegada para cada trinta filiados ou por fração superior a quinze. O quórum para a eleição de delegados é de no mínimo dez presentes. Para cada local de trabalho ou órgão com um mínimo de quinze filiados que alcance o quórum de dez votantes poderá ser eleito um delegado. Para efeito de se obter quórum será permitida eleição conjunta de dois locais ou órgãos. Os aposentados e pensionistas poderão participar das escolhas de delegados em seus próprios órgãos ou através de assembleia específica.

-Suplentes: Haverá suplentes para um terço dos titulares.

-Prazo: Todas as Assembleias para eleição de Delegados (as) devem ser realizadas no período de 20/10 a 07/11 de 2014, conforme o que se segue: AGU, CASAI, CONAB, CULTURA, CNEM, DNPM, DNIT, IBAMA, INMET, INMETRO, MAPA, 7ª CSM, SRTE ANEXO, SPU – deverão eleger um (01) delegado cada e seu respectivo suplente e INCRA – deverá eleger (3) três delegados e seus suplentes.

-Tese: Qualquer filiado (a) poderá apresentar tese dentro do temário. O sindicato garante a publicação das teses que forem apresentadas até as 18:00 horas do dia 14 de novembro de 2014 (sexta-feira), subscritas por pelo menos 10 (dez) filiados (as) de no mínimo 3 (três) órgãos diferentes.

-Despesas: O SINTSEP-GO custeará todos os gastos com infraestrutura, transporte, alimentação e hospedagem dos (as) delegados (as). Não se pagará, porém, qualquer ajuda de custo em pecúnia, ou qualquer despesa extra, exceto em caso de problema de saúde; nem se custeará quaisquer despesas de familiares dos(as) delegados(as) ou observadores(as) no Congresso.

Casos omissos e recursos: serão resolvidos no Congresso.

Goiânia-GO, 8 de dezembro de 2017

Ademar Rodrigues de Souza
Presidente

XI CONSINTSEP/GO REGIMENTO INTERNO

Artigo 1º – O XI Congresso do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS – SINTSEP-GO – instalar-se-á às 20h30 do dia 8 de dezembro de 2017, para deliberar sobre o seguinte temário:

- Informes Gerais;
- Análise de conjuntura Nacional e Internacional;
- Balanço do SINTSEP-GO e da luta dos trabalhadores (as) no Serviço Público Federal;
- Plano de lutas;
- Pauta de reivindicações;
- Prestação de contas de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2017.

Artigo 2º - São delegados com direito a voz e voto, os filiados, eleitos em Assembleia Geral por local de trabalho, os membros da Diretoria, titulares e suplentes, e Conselho Fiscal, titulares e seus suplentes, observando os seguintes critérios: De um lado, serão delegados(as) aqueles diretores(as) e/ou delegados(as) de base que tiverem participado de, no mínimo, três quartos das plenárias sindicais de base. Por outro lado, será também eleito um delegado ou uma delegada para cada trinta filiados, ou fração superior a quinze. O quórum para eleição de delegados é de no mínimo dez presentes. Para cada local de trabalho ou órgão com o mínimo de quinze filiados que alcance o quórum de dez votantes poderá ser eleito um delegado. Para se alcançar os números mínimos, podem-se aglutinar dois locais ou órgãos. São delegados e delegadas os(as) aposentados e aposentadas e pensionistas eleitos(as) em Assembleia Específica ou nas Assembleias de seus próprios órgãos.

§ 1º - Todas as assembleias para eleição de delegados(as) devem ser realizadas no período 20 de outubro a 07 de novembro/2017. Sua convocação e a comunicação à diretoria devem ser feitas com antecedência mínima de 15 dias.

§ 2º – Para os delegados(as) eleitos(as), haverá suplentes no equivalente a 1/3 dos titulares, garantindo-se o mínimo de um suplente.

Artigo 3º - São observadores, com direito a voz, os(as) filiados(as) que não tenham sido eleitos em Assembleia realizadas em seus locais de trabalho e os suplentes presentes.

Artigo 4º - A abertura dos trabalhos será feito pelo presidente do SINTSEP-GO.

Artigo 5º - As mesas coordenadoras das atividades serão compostas por 01 coordenador e 02 relatores.

Artigo 6º - As deliberações em plenárias serão tomadas por maioria simples.

Artigo 7º - Cada orador terá o tempo de 03 (três) minutos para fazer uso da palavra, exceto os expositores de temas específicos.

§ Único – Havendo um número de inscrições que exceda o tempo programado, esse prazo de 3 min. (três minutos) será reduzido para 1 min. (um minuto).

Artigo 8º - Após a instalação da mesa (atividades e grupos) e esclarecido a dinâmica, a mesa abrirá as inscrições e encerrará as mesmas durante a fala do 3º (terceiro) orador.

Artigo 9º - No momento em que a mesa colocar em regime de votação um assunto, não será aceito nenhum pedido de esclarecimento, questão de encaminhamento ou qualquer outro tipo de questão.

Artigo 10 - Caso a plenária/grupo não se sinta esclarecida para votar, a mesa procederá à nova defesa a favor e contra, por duas vezes, e procederá a votação.

Artigo 11 - A plenária do Congresso é o seu Órgão máximo de deliberação.

Artigo 12 - Os grupos de trabalhos serão compostos por delegados/as e observadores/as.

Artigo 13 – Os grupos de trabalhos serão compostos por 1 coordenador, 1 secretário e 1 relator, eleitos pelos membros que compõem o grupo.

Artigo 14 – Os grupos de trabalhos se aterão às discussões constantes da pauta.

Artigo 15 – O evento relacionado com a Assembleia Geral Ordinária do SINTSEP-GO para apreciação e aprovação da prestação de contas do período de 1º de Janeiro a 31 de outubro de 2017, reger-se-á na forma preceituada e estabelecida no art. 54 do Estatuto.

Artigo 16 – Os casos omissos nesse regimento serão decididos pela plenária.

Artigo 17 – O X Congresso do SINTSEP-GO encerrar-se-á no dia 10/12/2017.

Caldas Novas - Goiás, 08 de dezembro de 2017.

APRESENTAÇÃO

Análise do cenário

Ao analisar o desenvolvimento do sistema capitalista na fase da sua primeira revolução industrial, um estudioso dos processos que alteravam profundamente a sociedade da época, Marshall Berman, referiu-se a este momento com a expressão: “Tudo que é sólido, desmancha-se no ar”. Pouco mais de um século e meio depois, um estudioso da sociedade contemporânea, Zygmunt Bauman, referiu-se aos novos tempos como “modernidade líquida”. São expressões emblemáticas para quem tenta compreender o atual momento histórico, considerado por muitos uma era de incertezas.

As mudanças que estamos assistindo nos planos internacional e nacional têm suas raízes na crise mais recente do sistema, em 2008. Ela foi o resultado de mudanças mais profundas que remontam à ruptura do padrão de acumulação do capital e de regulação de relações consolidado nos países centrais do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, padrão que perdurou por um breve período de três décadas.

Assistimos nos últimos cinquenta anos à uma sequência de crises econômicas internacionais e à inauguração de um processo flexível de acumulação que colocou em colapso o padrão fordista de regulação das relações capital-trabalho e abriu caminho para processos mais amplos de desregulamentação. Essas mudanças estiveram na base da globalização da economia, hegemônica pelo capital financeiro e alavancada pela ação de pouco mais de 500 empresas multinacionais. Foram impulsionadas pelo ideário neoliberal e tiveram como um de seus principais marcos a retirada de direitos da classe trabalhadora e o enfraquecimento dos sindicatos. Neste sentido, foi e continua sendo uma ofensiva do capital contra o trabalho.

A crise de 2008, a mais grave deste ciclo recente de crises e que abala o sistema capitalista em escala global, não foi superada, repercute negativamente no desempenho da economia internacional e é um dos fatores de agravamento da crise econômica brasileira. A agenda de austeridade apregoada para combatê-la não tem sido eficaz, recebe críticas da esquerda e até de organismos internacionais, como o FMI.

Resistimos aos efeitos mais nefastos das políticas neoliberais na década de noventa, quando os governos Collor e FHC patrocinaram a abertura da economia brasileira e um processo sistêmico de reestruturação produtiva. Com muita luta da classe trabalhadora, impedimos a ampliação da flexibilização da legislação trabalhista, a retirada de direitos dos/as trabalhadores/as e a reprodução de formas precárias de trabalho. Seguramos a onda durante os governos Lula e Dilma, mas corremos agora o enorme risco de ver as conquistas de décadas de luta ruírem por terra.

O que buscaram fazer é muito mais que destruir o legado de treze anos e meio de governo petista, iniciado em 2003 e encerrado brutalmente com o golpe em meados de 2016. Não é apenas o modelo de desenvolvimento com inclusão social que foi sendo revertido a passos largos por uma agenda neoliberal e regressiva. Trata-se de um conjunto sistêmico de mudanças promovidas a partir da captura do Estado, do redesenho de suas instituições para implementar uma política de austeridade que altera radicalmente as prioridades de uso do fundo social público, que submete as políticas públicas à lógica do mercado e que promove a progressiva destruição do pouco que temos de proteção social. Trata-se do desmonte das instituições criadas para ampliar a participação da sociedade na elaboração e gestão de políticas públicas.

O projeto dos empresários que patrocinaram o golpe é instituir um novo marco regulatório para as relações capital-trabalho, suprimindo direitos fundamentais dos/as trabalhadoras, flexibilizando o contrato de trabalho, legitimando formas precárias de emprego, impondo jornadas de trabalho extenuantes, individualizando relações de trabalho que são coletivas e sociais por natureza, suprimindo os laços dos/das trabalhadores/as com o sindicato e inviabilizando seu acesso à Justiça do Trabalho, também condenada ao desmonte.

Em outras palavras, são mudanças impostas pelo capital para romper as barreiras de exploração do trabalho, estabelecendo um padrão flexível de regulação que venha a atender a novas formas de organizar a produção e o trabalho que estão sendo gestadas nos países centrais do capitalismo - a chamada quarta revolução industrial - e que no Brasil terá sua versão predatória, aquela que é reservada aos países periféricos, aproximando-o do modelo já existente em outros países, como o México. O processo vai provocar profundas mudanças na dinâmica do mercado de trabalho, na composição da classe trabalhadora e no perfil dos/das trabalhadores/as. São mudanças que afetarão fortemente a base de representação dos sindicatos e que poderão provocar, no seu desdobramento, mudanças não menos intensas nos próprios sindicatos.

São mudanças gestadas numa conjuntura de profunda crise econômica, política e moral. Como toda crise, a que estamos vivendo contém enormes riscos, mas também possibilidades. O governo que está à frente das mudanças não tem legitimidade. Nasceu de um golpe que o macula e o desgasta na origem. Está sendo atingido, no seu núcleo, por sucessivas denúncias de corrupção. Teve que demitir seis ministros envolvidos em denúncias de corrupção e oito dos atuais ministros estão sendo investigados por suspeita de crime semelhante. O próprio Congresso tem expoentes sob suspeita de crime, como os presidentes da Câmara e do Senado. Devemos explorar essas fragilidades para golpear o governo ilegítimo e derrotá-lo.

As mais recentes denúncias contra o presidente ilegítimo o colocam numa situação de extrema fragilidade. Resta saber quando e como será desalojado do poder. Juridicamente, há quatro possibilidades: pode ter o mandato cassado pelo TSE, pode ser destituído por um processo de impeachment ou por uma ação penal (a Procuradoria Geral oferece a denúncia de crime, que deve ser aprovada por 2/3 do Congresso antes de ser enviada ao STF) ou pode renunciar. As forças conservadoras já falam na necessidade de uma solução rápida (renúncia ou cassação pelo TSE) com escolha indireta do sucessor no Congresso em trinta dias. As forças democráticas populares defendem ao aumento da pressão das ruas para forçar o fora Temer, seguido de eleições diretas. Colocam no horizonte a necessidade de eleger uma Assembleia Constituinte, exclusiva e soberana, para fazer a reforma do sistema político.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Na esteira da última grave crise do sistema capitalista, desde sua origem no “crash de 2008”, fenômenos diversos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, o Brexit no Reino Unido, a guinada conservadora na América Latina e o golpe no Brasil podem ser entendidos como expressões de uma mesma conjuntura adversa e desafiadora para a esquerda internacional. As políticas suicidas de austeridade combinadas com causas estruturais, tais como a incapacidade de a economia repetir os saltos tecnológicos e os ganhos de produtividade do passado, produziram um persistente cenário global de baixo crescimento econômico, desemprego em alta, salários em queda, aumento da desigualdade, e redução dos investimentos sociais e nos serviços públicos.

Neste cenário, setores da classe trabalhadora tem optado por alternativas ultraconservadoras, já que muitos governos não têm conseguido superar os altos níveis de desigualdade e concentração de renda. Em 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, e a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos foram golpes significativos no modelo neoliberal de globalização, marcado pela predominância do capital financeiro nas cadeias internacionais de valor, mostrando que a população já não se sente mais representada pelo sistema vigente. No caso do Brexit, em lugar das críticas ao caráter excessivamente pró-capital e ao funcionamento antidemocrático da União Europeia, prevaleceu o discurso da extrema-direita em que trabalhadoras e trabalhadores migrantes eram acusados de serem os grandes responsáveis pela crise econômica e pelo desemprego.

As forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidades e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal. Após Honduras, Paraguay, Brasil e Argentina, a Venezuela, que vive grave crise econômica, social e política, volta a ser o alvo e passa a ocupar as capas nos jornais e TVs com um noticiário parcial que imputa a crise apenas ao Executivo quando, na verdade, há uma crise institucional que envolve todos os setores e todos os poderes de Estado.

Desemprego

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) este ano, estima que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas em 2017. Em um mundo marcado pela “quarta revolução industrial”, o crescimento econômico segue aquém do esperado e, mesmo que nos próximos anos aconteça alguma recuperação da economia mundial, seguirá uma incapacidade sistêmica de criar empregos de qualidade e em números suficientes. Mesmo com os avanços nos ganhos de produtividade que deveriam ser distribuídos de forma igualitária, as concentrações de renda e de riqueza estão cada vez maiores e as novas tecnologias possibilitam ainda maiores supressões de postos de trabalho, ao invés de contribuir na construção de sociedades menos desiguais. Ou seja, o debate sobre o futuro do trabalho está totalmente vinculado ao modelo de produção em vigor hoje, que é o de cadeias produtivas. A classe trabalhadora defende um modelo de desenvolvimento em que o trabalho tenha centralidade e seja o pilar das políticas econômicas e sociais com respeito ao trabalho decente, proteção social e condições dignas de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade.

Perseguição aos sindicatos

A repressão e a perseguição ao movimento sindical e suas lideranças é uma das características da política internacional e atuam com força em todo o mundo e também em organizações internacionais como a OIT onde o direito de greve tem sido ferozmente atacado. Estes ataques ocorrem inclusive em países desenvolvidos como a Coreia do Sul, onde o presidente da central KCTU é atualmente preso político do então governo de direita daquele país, a mesma Coreia do Sul em que milhões de manifestantes exigiram e conquistaram a renúncia da presidenta Park Geun-hye, após sucessivas denúncias de corrupção.

Guerras

Cada vez mais, a crise econômica, os conflitos armados nacionais e as ameaças de guerras são os grandes responsáveis pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que o número de pessoas deslocadas – forçadas a deixar suas casas em razão da guerra – no primeiro semestre do ano passado foi, dentro de seus próprios países, de 1,7 milhão de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão cruzaram alguma fronteira internacional em busca de refúgio. Neste “novo mundo”, ao mesmo tempo em que a crise econômica reforça, ela é intensificada pelo recrudescimento da ameaça terrorista, tornando a conjuntura cada vez mais instável e marcada pela ausência de qualquer perspectiva de solução para conflitos militares que acontecem não apenas no Oriente Médio ou em outras regiões conflagradas, mas que se espalham pelo planeta. Não há trabalho decente sem paz e liberdade.

Comércio

A falência do acordo de Livre-Comércio firmado em 2015 por 12 países do Pacífico que representam 40% da economia mundial, o TPP (Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica), deve abrir brechas para que a China amplie sua influência na região do Pacífico. Os chineses encontram-se cada vez mais no paradoxal papel de grandes defensores do livre-comércio e da globalização. É importante destacar que a crítica da esquerda internacional aos acordos de livre-comércio, mais recentemente chamados de tratados econômicos de nova geração, é de que esses tratados produzem um processo concorrencial entre os países para atrair investimentos que forcem a redução do papel do Estado, na economia, na, da proteção social e também ambiental.

Todo esse cenário deverá trazer mais instabilidade e imprevisibilidade à conjuntura internacional no próximo período. A isso devem-se somar processos eleitorais em países centrais no núcleo de decisão da União Européia, como Itália e Alemanha, todos com previsão de campanhas acirradas e marcadas pelo crescimento da direita e da extrema-direita. Na França a vitória do banqueiro Emmanuel Macron, que atende aos interesses do sistema financeiro e das políticas neoliberais, aponta para o avanço de um modelo de exclusão social e de retirada de direitos sociais. Sua eleição, baseada num discurso de ataque ao sistema político, mas muitas vezes criticado como vazio, se deu num contexto de crise dos dois principais partidos franceses (socialista e republicano) que ficaram de fora do segundo turno, levando-o a uma disputa com o setor ultraconservador, representado por Marine Le Pen.

A política externa do governo golpista brasileiro atende a todo o movimento de avanço conservador no mundo, orquestrado pelos interesses das grandes empresas multinacionais. É uma política provinciana, subalterna e de adesão ideológica e orgânica aos países ricos, em detrimento de uma visão de integração sul-sul. Esta postura se expressa nas tentativas de enfraquecer e desmoralizar o Mercosul, como espaço de integração para além de questões comerciais; na entrega das riquezas à exploração de empresas estrangeiras, sobretudo na área de petróleo e gás; no esvaziamento da atuação brasileira nos BRICS (grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na paralisação das políticas de integração com os países do continente africano. A tríplice aliança neoliberal dos atuais governos do Brasil, Argentina e Paraguai tem, de forma irresponsável, inviabilizado a participação legítima da Venezuela no Mercosul e contribuído para gerar ainda mais instabilidade interna naquele país. Como afirmou Celso Amorim, o governo Temer apresenta “uma visão pré-concebida e até cheia de preconceitos contra o Mercosul e o processo de integração na América do Sul” por meio da Unasul, visão compartilhada, em grande medida, pela maioria da direita latino-americana.

Um das expressões mais acabadas da submissão do atual governo brasileiro aos interesses dos países ricos foi sua decisão de votar contra a resolução do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que renovava o mandato da organização de monitorar os impactos das políticas fiscais de cada país sobre os direitos humanos de seus cidadãos e suas cidadãs.

Uma resposta efetiva às ameaças conservadoras contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, articulada com a defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional de esquerda, em contraposição às contradições do sistema econômico capitalista, serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos, tarefas essas que exigem que as entidades sindicais internacionais se consolidem cada vez mais como sindicatos globais.

CONJUNTURA NACIONAL

O significado político do golpe

O 11^º Congresso Ordinário do Sintsep-GO se realiza num dos momentos mais cruciais da sociedade brasileira e da história da classe trabalhadora. Em pouco menos de um ano, as forças conservadoras tomaram o poder de assalto - rompendo neste ato com o Estado de Direito - e utilizaram a subserviência do Executivo, o oportunismo da maioria não menos servil no Congresso, a cumplicidade do Judiciário e o apoio irrestrito da mídia golpista para impor à sociedade a mais profunda mudança, desde o fim da ditadura e do processo de redemocratização que culminou com a Constituição Cidadã de 1988.

O golpe que retirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff foi tramado pelas forças que não aceitaram a derrota nas eleições 2014. Uma conjugação de fatores fortaleceu a ação dos golpistas. A política adotada para combater a crise econômica, oposta à plataforma que a Presidenta defendera na campanha eleitoral, provou-se ineficaz e contribuiu para minar suas bases de sustentação social e política.

Uma das primeiras iniciativas do governo Dilma foi restringir políticas sociais importantes (pensões, seguro-desemprego, Pronatec, FIES). Na sequência, vieram medidas que atenderam aos interesses do mercado e não do seu eleitorado: elevação da taxa de juros, aumento generalizado de preços administrados pelo governo impactando fortemente os índices de inflação, corte no orçamento público e no financiamento da atividade econômica pelo BNDES. Os resultados foram o agravamento da crise econômica - com encolhimento do PIB de 3,8% em 2015 - e perda acentuada do apoio popular.

Esse resultado foi explorado pelas forças de oposição no Congresso, o mais conservador da história recente e onde o governo perdera maioria. A Câmara de Deputados, presidida por Eduardo Cunha, foi colocada em rota de colisão com o governo. Crise política e crise econômica passaram a se retroalimentar, criando espaço para o PSDB e o PMDB articularem a base parlamentar do golpe.

Assistimos ao arranjo de um pretexto para justificar o impeachment, as “pedaladas fiscais”, e à intensa propaganda nos principais meios de comunicação do País a favor da derrubada do governo. No rastro dessa propaganda, a direita foi mobilizada para as manifestações de rua. A mídia golpista continuou disseminando o ódio à esquerda, associada seletivamente a supostos atos de corrupção anunciados pela operação Lava Jato, comandada pelo Ministério Público, pelo poder judiciário e pela polícia federal. Por último, tivemos a farsa do julgamento do impeachment no Senado, presidida por um representante do Supremo Tribunal Federal.

Desde que compreendeu a conjuntura, o Sintsep-GO, junto com Condsef, CUT e demais centrais, promoveram, em parceria com os movimentos sociais, inúmeras manifestações de massa em todas as capitais do País e em cidades do interior, contra o impeachment.

É preciso, no entanto, fazer uma crítica e uma autocrítica. A crítica, direcionada ao PT e à forma de governo da presidenta Dilma, que não privilegiou, desde seu primeiro mandato, uma aliança consistente com os sindicatos e com os movimentos sociais. Seus governos, ao contrário dos governos do presidente Lula, reduziram drasticamente o nível de diálogo com estes segmentos, retomado pelo staff petista apenas no segundo turno de sua segunda eleição presidencial, quando o receio da

derrota obrigou seu grupo a formar uma aliança com movimentos sociais e servidores federais, aprovando acordos emperrados em negociações anteriores – que na época não foram considerados pela então presidenta.

A autocrítica se dirige aos próprios servidores públicos federais, que não souberam compreender a conjuntura e, mesmo após a retomada da aliança com a então candidata Dilma, boicotaram seu governo, em críticas e atitudes que desconsideravam todos os avanços obtidos até então pelos governos do PT. Muitos foram partícipes ou coniventes com o golpe, sem considerar os riscos à que estaríamos expostos após sua consolidação – realidade que se nos apresenta atualmente e que é **BEM MAIS DIFÍCIL E COMPLEXA** que a pior realidade já vivenciada durante os governos de Dilma Rousseff. Ou seja, o que não era bom, ficou **MUITO PIOR**. Essa leitura, embora tenha sido fartamente divulgada pelas entidades sindicais, foi rechaçada por grande parte dos trabalhadores dos setores público e privado.

Em meio a este cenário, apesar de considerável resistência popular, o Senado aprovou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Foi um golpe contra a democracia, ao suprimir a vontade popular expressa em mais de cinquenta e três milhões de votos. Foi uma ruptura do Estado de Direito, dissimulada como ato constitucional e legítimo. Serviu de atalho para as forças derrotadas seguidamente desde 2002 retomarem o poder com o objetivo de restaurar a agenda neoliberal. Nesta agenda política regressiva, a redefinição do papel do Estado e a retirada de direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as são vistos como necessidade imperiosa e única via para superar a crise econômica em que o País continua mergulhado. Foi um golpe contra a classe trabalhadora.

Ação articulada para implementar a agenda neoliberal

As medidas adotadas depois do golpe têm demonstrado como a agenda do governo ilegítimo de Temer é pautada por interesses do mercado e como os três poderes da República atuam de forma articulada para viabilizar o retrocesso civilizatório implícito na restauração neoliberal.

O Poder Executivo concentra sua ação na pauta fiscal, tendo proposto ou apoiado as seguintes iniciativas: aprovação da Emenda Constitucional nº 93, que prorroga a desvinculação de recita da união (DRU); apresentação e aprovação da Emenda Constitucional nº 95 que institui novo regime fiscal (congelamento de gastos por vinte anos); apresentação da PEC 287 que prevê a reforma da Previdência; aprovação da Lei nº 13.291/2016 que altera a meta fiscal de 2016; regulamentação da lei nº 13.254, que tratou da repatriação e recursos; nova regulamentação do ensino médio (Lei nº 13.415/2017); apresentação da medida provisória que levou à Lei nº 13.417, que revogou o caráter público da Empresa Brasileira de Comunicação, retirando sua autonomia diante do Poder Executivo.

Temos ainda a edição da MP 792/2017, que instituiu um novo programa de PDV no serviço público federal, o que caracteriza uma movimentação direta no sentido de reduzir a máquina pública a qualquer custo.

O Poder Legislativo tem focado sua ação em propostas que contribuem para “melhorar o ambiente de negócios”, revendo a legislação existente, abrindo a economia ao setor privado e propondo a flexibilização das relações do trabalho. Este propósito evidencia-se nas seguintes iniciativas: aprovação do PL 4.302/1998 na Câmara que amplia a terceirização, que também é o tema do PLC30/2015 em curso no Senado; Lei

nº 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias nos três níveis de governo; a Lei nº 13.334/2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI); a Lei nº 13.299/2016, que muda as regras de concessões para facilitar concessões públicas e leilões; a Lei nº 13.360/2016 que altera o marco regulatório da energia elétrica no País; Lei nº 13.365/2016 que destitui a Petrobrás como operadora única do Pré-sal; aprovação no Senado do PLP nº 268/2015 que altera as regras de governança dos fundos de pensão; PLC nº 38/2017 que tratava da reforma trabalhista.

O Poder Judiciário tem atuado em cumplicidade com o governo golpista. O Supremo Tribunal Federal tem julgado matérias em sintonia com sua agenda: fim da desaposentação (RE 381.367); desconto dos dias paralisados em caso de greve de servidor (RE693.456); fim da ultratividade das convenções e acordos coletivos (ADPF 323); quitação plena dos programas de Desligamento Voluntário (PDV) ou Programa de Demissão Incentivada (PDI) – (RE590.415); prevalência do negociado sobre o legislado (RE 590.415 e 895.759); possibilidade de votar, com repercussão geral, a inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST, que poderá liberar a terceirização da atividade fim da empresa.

Novo papel do Estado e o discurso da austeridade

Não faltaram ao governo ilegítimo de Michel Temer condições para começar a colocar em prática a agenda que o levou ao golpe. Conseguiu, em pouco mais de oito meses, a proeza de aprofundar a crise econômica, política, social e moral em que se encontra mergulhado. Ao contrário do que anunciou logo depois do golpe, as medidas de austeridade adotadas continuam longe de promover, no curto prazo, a retomada do crescimento. Foram medidas repudiadas pela CUT por dois motivos básicos: têm como pressuposto um diagnóstico equivocado da crise, para a qual propõem soluções que, além de erráticas, têm penalizado a classe trabalhadora com o ônus do desemprego e da precarização do trabalho.

O governo promoveu uma “pedalada” na projeção do déficit orçamentário para justificar cortes. Na verdade, o déficit não tinha a dimensão anunciada e nem resultou de um aumento irresponsável dos gastos do governo. A queda da arrecadação provocada pela estagnação econômica e o aumento da taxa de juros, que elevou o custo do governo de rolagem da dívida é que provocaram a elevação do déficit. Não foi o desequilíbrio fiscal que interrompeu o crescimento, mas a desaceleração do crescimento que produziu a crise fiscal, associada a uma política generosa de desonerações ao empresariado, sem nenhuma contrapartida.

Baseando-se numa projeção de déficit forjada para justificar a política de austeridade, o governo conseguiu aprovar no Congresso, a toque de caixa e sem discussão com a sociedade, a Emenda Constitucional nº 95 que institui um novo regime fiscal, congela o orçamento federal por vinte anos e diminui drasticamente os recursos públicos para áreas essenciais como educação, saúde e assistência social. Para dar uma ideia do que isto significa, basta lembrar que se as regras da EC95/16 já estivessem em vigor desde 2003, o salário mínimo teria hoje apenas um terço do seu valor atual; os gastos do governo com saúde e educação teriam caído pela metade. É um verdadeiro desmonte do pouco de proteção social oferecida pelo Estado aos setores menos favorecidos da sociedade que dela dependem, cada vez mais, numa conjuntura de recessão e de desemprego. A medida, inédita no mundo, ignora por completo o principal

componente de gasto do governo: os juros da dívida pública, que superaram os R\$ 500 bilhões em 2015 e foi superior a R\$ 400 bilhões em 2016.

As iniciativas não deixaram dúvidas em relação à agenda política daqueles que tomaram de assalto o poder: a subordinação dos interesses sociais à lógica do mercado, submetendo milhões de brasileiros à dinâmica da rede privada de serviços que deveriam ser públicos e mantendo a maioria mais pobre da população refém de políticas públicas cada vez mais reduzidas e precárias. Revelam a desfaçatez das forças golpistas que romperam o Estado de Direito para impor à sociedade uma nova forma de gestão do fundo público: em vez de ser usado para reduzir as desigualdades sociais, é desviado em proporções cada vez maiores para setores rentistas como pagamento da dívida pública. Somente em 2016 foram transferidos para o sistema financeiro mais de R\$ 1,35 trilhão com refinanciamento, amortização, juros e encargos da dívida pública, enquanto que o orçamento da seguridade social, que envolve previdência, assistência e saúde totalizou para o mesmo ano praticamente metade disso, R\$ 750,9 bilhões.

Trata-se de uma revisão do papel do Estado brasileiro que deixa de combater as desigualdades sociais, oferecendo aos cidadãos brasileiros políticas públicas de qualidade e proteção social aos mais vulneráveis, para se render aos interesses do mercado, garantindo o direito de propriedade, assegurando o cumprimento de acordos e honrando compromissos com credores da dívida interna e externa.

Entrega de riquezas nacionais à exploração de empresas estrangeiras

A subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional ficou evidente com a mudança das regras de exploração do pré-sal, onde a Petrobrás perdeu a exclusividade, e com as mudanças nas regras de conteúdo local para o setor de petróleo, que limitaram em 50% os percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás. Depois de esfacular a Petrobrás com a venda acelerada de ativos em momento de baixa dos mercados, desnacionalizar campos do pré-sal a preços irrisórios e reduzir os percentuais de conteúdo local mínimo obrigatório, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou, no início de maio, uma nova política para a área. Suas consequências serão novamente devastadoras: enfraquecimento da Petrobrás, liquidação das reservas de petróleo do País, sucateamento da indústria de máquinas e equipamentos e entrada em massa de novos competidores internacionais.

Outras medidas têm favorecido a entrada de capital estrangeiro no setor de infraestrutura, como aeroportos, e na compra de grandes extensões de terras. Está em trâmite no Congresso, em regime de urgência, o PL 4059/2012, que trata da venda irrestrita de terras a estrangeiros. O projeto é defendido pela bancada ruralista e conta com o apoio do governo Temer. Veem na entrada de bilhões de dólares uma valiosa contribuição para a superação da crise econômica. No entanto, o projeto poderá colocar em risco a soberania nacional, se a venda de terras atingir áreas de fronteira. A venda irrestrita de terras fará com que a produção de alimentos interna seja trocada por produção de commodities, que serão exportadas aos países de origem das empresas ou pessoas que comprarem terras, colocando também em risco nossa soberania alimentar. Se aprovado, reforçará o agronegócio e a concentração fundiária, deixando em segundo plano a agricultura familiar e cada vez mais remota a reforma agrária.

AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

Aprofundamento da recessão e elevação do desemprego

As medidas de austeridade adotadas pelo governo estão longe de apresentar uma saída para a crise econômica e de promover a retomada do crescimento. Os indicadores de desempenho recente da economia são impressionantes: o PIB per capita recuou ao patamar de 2010; a recessão atingiu praticamente todos os setores econômicos, a taxa de desemprego atingiu o número alarmante de 14,2 milhões de pessoas, a renda recuou e a apenas cerca de 15% das convenções coletivas celebradas em 2016 conseguiram aumento real de salário.

Com a economia brasileira em depressão - com a inflação em queda, devido à absorção aos choques de preços de tarifas e à contínua recessão - o que o governo Temer oferece, apesar do discurso reformador, é a destruição dos ganhos sociais recentes, em nome do receituário econômico de austeridade que tem sido constantemente rejeitado no mundo.

Ilegitimidade e crise institucional

Nos primeiros seis meses de mandato, o governo golpista demonstrou relativa força. Usou a reforma ministerial para consolidar sua base de apoio no Congresso, aproveitou-se da desarticulação do Centrão, com a prisão de sua principal liderança, Eduardo Cunha, e conseguiu aprovar por ampla maioria projetos de interesse do governo. Contou com o apoio complacente da mídia golpista que continuou a explorar, ao máximo, os vazamentos seletivos das delações premiadas da operação Lava Jato para criminalizar a esquerda e que celebrou entusiasticamente sua derrota nas eleições municipais.

Por outro lado, o governo foi fustigado por uma sequência de fatos que deixaram às claras quem é a quadrilha que tomou de assalto o poder. Em seis meses, 6 ministros caíram por envolvimento em denúncias de corrupção. Neste período, outros cinco ministros foram mantidos no cargo, apesar de aparecerem como suspeitos do mesmo crime, processo que atingiu o próprio Presidente Michel Temer. No final de 2016, lideranças expressivas do PSDB referiam-se ao governo como uma “pinguela” para a travessia até as eleições de 2018, cabendo a Temer realizar reformas impopulares e colocar a economia nos eixos do ideário neoliberal.

Novo abalo no cenário político foi provocado pelo vazamento de delações premiadas envolvendo a empresa Odebrecht e pelas recentes delações da JBS. A amplitude e a gravidade das denúncias, a serem ainda apuradas, apontam uma crise sem volta para o governo, que deverá ser destituído. Sua base de apoio, alheia aos anseios de mais de 85% da população, busca uma saída que garanta a continuidade da agenda de ataque aos direitos, via eleição indireta. O movimento sindical e popular luta, em sintonia com o povo brasileiro, para que um novo presidente seja escolhido pelo voto popular. As denúncias também mostram a corrosão do sistema político, cuja reforma só poderá ser efetiva se vier através de uma Constituinte exclusiva e soberana.

Ascenso das lutas populares

Cresceram as manifestações de rua contra as reformas da previdência e trabalhista, na mesma medida em que despenca a aprovação do governo. A mobilização popular aumenta: foram significativas no dia 8 de março, ultrapassaram a emblemática marca de um milhão de manifestantes em todas as capitais e em inúmeras cidades do

interior no dia 15 de março, tiveram dimensão semelhante no dia 31 do mesmo mês e atingiram 40 milhões de trabalhadores/as durante a greve geral convocada pelas centrais sindicais no dia 28 de abril.

Apesar do apoio da mídia, a popularidade do presidente ilegítimo, que sempre foi baixa, caiu ainda mais, chegando ao baixíssimo índice de 5% de aprovação, segundo a mais recente sondagem CUT/Vox Populi, na segunda quinzena de abril. Os resultados da pesquisa do mostram também o crescimento da desaprovação às suas iniciativas e políticas. Pesa ainda sobre o governo a ameaça de cassação de mandato do presidente ilegítimo pelo TSE, como resultado de uma ação ajuizada no TSE pelo PSDB, medida que deve voltar à pauta do TSE no final de maio e que conta com o apoio de 78% da população, segundo a mesma pesquisa. De acordo com levantamento do Datafolha, o percentual de defensores das “Diretas Já” é de 85%.

A reforma da Previdência é rejeitada por 93% da população. A terceirização é reprovada por 80% dos entrevistados, 70% dos quais acreditam que trará retrocessos e mais da metade que muitos perderão direitos; um percentual de 66% acha que provocará o desemprego e queda no crescimento da economia. A aprovação da política de corte de gastos caiu de 19% para 10% entre junho de 2016 e abril de 2017.

Realizamos no dia 28 de abril a maior GREVE GERAL da história do país. Em todos os estados e em mais de 250 municípios greves e manifestações responderam ao chamado unitário das centrais sindicais “Em 28 de abril, vamos parar o Brasil”, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos. Nossa militância e nossos dirigentes estiveram nas ruas, desenvolvendo ações para fortalecer a paralisação do transporte, para convencer o comércio a fechar as portas, ou pressionando diretamente a paralisação de fábricas, de agências bancárias, de portos, de escolas, de serviços públicos, das atividades de empresas rurais.

Apesar da violenta repressão, a classe trabalhadora deu seu recado ao governo golpista e a sua base de apoio no Congresso: não aceitaremos a retirada de direitos prevista na reforma trabalhista, na reforma da previdência e muito menos a precarização do trabalho causada pela terceirização irrestrita. Nosso grito de guerra ecoou por todo o País, nos grandes centros urbanos, assim como em inúmeras cidades do interior: NENHUM DIREITO A MENOS!

A população voltou às ruas depois das denúncias da JBS exigindo a saída de Michel Temer. No dia 24 de maio, o movimento sindical e os movimentos populares ocuparam Brasília com as palavras de ordem: nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da previdência e da reforma trabalhista da pauta do congresso, fora Temer, diretas já! Cerca de 200 mil trabalhadores/as ocuparam Brasília, numa das maiores mobilizações da história da capital federal. Vieram dispostos a dizer em alto e bom som, ao governo e ao congresso, que as reformas têm que parar e que temer tem que sair agora, para que o País reencontre seu caminho através da democracia. O Congresso lhes voltou as costas. Foram recebidos com violência e repressão por uma polícia despreparada e um governo desesperado, que chegou ao cúmulo de acionar as forças armadas para reprimir trabalhadores/as, lembrando os piores dias da ditadura militar.

Uma vez derrotado o governo Temer na sua agenda de ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, abre-se a via para uma saída democrática para a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil: dar a palavra ao povo soberano com antecipação das eleições, Lula presidente e uma Constituinte que anule todas as medidas

antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

Reforma trabalhista

A reforma representa, na prática, o fim do contrato de trabalho por tempo indeterminado com benefícios e proteção social. Amplia o prazo e reduz as condicionantes para utilização do contrato de trabalho temporário. Amplia a jornada e a possibilidade de utilização do trabalho em tempo parcial. Cria o contrato de trabalho intermitente, colocando os/as trabalhadores/as em permanente insegurança, pois nunca se sabe até quando se estará “empregado” e quanto se vai ganhar.

Define as condições para ampliação da terceirização de forma generalizada e irrestrita e para acabar com a responsabilidade da contratante. Complementa, desta maneira, o PL Nº 4302, igualmente perverso e recentemente aprovado na Câmara dos Deputados através de uma manobra aviltante do presidente da casa. A terceirização irrestrita, sem a garantia da igualdade de direitos entre trabalhadores diretos e terceirizados, sem a responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada e sem a representação sindical dos terceirizados pela categoria preponderante, cria um cenário de total insegurança para o/a trabalhador/a terceirizado/a, abrindo espaço para uma exploração também absurda do trabalho.

PLANO DE LUTAS

Eixos Estruturantes:

- revogação da EC 95;
- Revogação da Reforma Trabalhista;
- Revogação da Terceirização;
- Barrar a contrarreforma da Previdência;
- Barrar o PDV;
- Pelo arquivamento do PL 248/1998 e do PLS 116/2017.

Eixos Gerais:

- Não à PEC 241/ PEC 55 e ao PL 257;
- Luta contra Escola sem Partido, a Reforma do Ensino Médio, a Reforma da Previdência e Trabalhista;
- Suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública brasileira;
- Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- Não autonomia do Banco Central;
- Não ao ajuste fiscal;
- Reestatização das empresas já privatizadas;
- Aprovação do Imposto sobre as grandes fortunas;
- Lutar pelas Reformas Tributária, Política e, Democratização da Mídia;
- Fim do Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral;
- O pré-sal é nosso;
- Redução das taxas de juros do SELIC;
- Aprovação de 10% do PIB para Educação;
- Congelamento por 20 anos do pagamento da dívida externa pelo mesmo período;

- Luta em defesa do patrimônio ambiental, contra a privatização dos recursos naturais e por uma urgente mudança na matriz energética;
- Defesa intransigente dos órgãos atingidos pelo sucateamento;
- Lutar pelo fortalecimento dos serviços públicos de assistência social que atuam em defesa dos menos favorecidos e também em apoio aos órgãos de comunicação e divulgação que atuam com a divulgação de informações reais e factuais sobre o momento conjuntural do país e a vida e a luta da população trabalhadora.
- Contra a Terceirização;
- Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação;
- Política de moradia para atender a todos os trabalhadores;
- Revisão da Tabela do Imposto de Renda;
- Articulação das lutas econômicas com as lutas sociais (CUT, CMP, MST, MTST);
- Abrir abaixo assinado eletrônico na internet, em favor de um referendo, com base na lei nº 9.709 de 1998, para que a população se manifeste a favor ou contra a emenda constitucional que limita os gastos por 20 anos.
- Que a CONDSEF se manifeste em favor dos servidores que não tem o ensino médio, mas tem o cargo de nível médio e o governo quer rebaixar para o nível auxiliar (ativos);
- Intensificar os esforços, no sentido de reativar as grandes obras infraestruturais que se encontram paralisadas/inacabadas (Transposição do Rio São Francisco; Ferrovias Norte/Sul; Refinarias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e outras a serem identificadas), respeitando as leis ambientais e licenciamento. Antes de solicitar o reativamento dessas obras, realizar uma consulta as comunidades atingidas. Entende-se que conclusão dessas obras irá melhorar as questões socioeconômicas (criação de empregos, renda, capacidade produtiva, retorno dos investimentos aos cofres públicos, etc.)
- Plano de carreira para todos as categorias com garantia das especialidades das diferentes categorias.
- Que a CUT não faça parte de nenhuma comissão ou grupo de trabalho de negociação da reforma da previdência e trabalhista, e nem assine nenhum acordo eu venha prejudicar aposentados e pensionistas
- Plano de saúde com autogestão e de qualidade.
- Planos de Lutas, na defesa do SUS, como principal plano de Saúde Universal, conforme CF nos seus artigos 196 a 200 e suas leis 8080/90 e 8142 como verdadeiro controle social.
- Ocupar os espaços em todos os CMS dos municipais no segmento do usuário através dos sindicatos de base da CONDSEF.
- Isonomia dos valores do auxílio-alimentação com o Judiciário;
- Retorno da Licença Prêmio e dos Anuênios;
- Jornada de Trabalho de seis horas corridas;
- Incorporação de todas as gratificações aos salários;
- Paridade entre ativos e aposentados;
- Retorno de todos os anistiados ao serviço público;
- Extensão da Gratificação de Qualificação para todos os servidores;
- Política continuada de cursos de capacitação para os servidores;
- Ações afirmativas de equidade de gênero, diversidade sexual, combate ao racismo e combate à violência contra as mulheres e à transfobia;
- Licença paternidade de 60 dias;
- Instituição de Creches em todos os órgãos públicos;
- Definição de data base em maio;

- Políticas institucionais da CONDSEF de combate aos assédios moral sexual no serviço público;
- Em defesa das Universidades Públicas e da Educação pública;
- Contra as Fundações Estatais Públicas de direito privado; Pelo respeito à Convenção 196 da OIT;
- Definição de Data-Base em 1º de maio;
- Assumir como estratégia a luta pela democracia da comunicação com participação efetiva das entidades da CONDSEF E FENADSEF;
- Instituir banco de permuta nacional de servidores entre órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Federal;
- Que a CONDSEF denuncie o alojamento de ONGs filantrópicas nos Órgãos Públicos Federais, usando as estruturas e logísticas dos referidos órgãos na prestação de serviços;
- Regulamentação da Lei que determina a ocupação de cargos públicos por servidor de carreira em todos os níveis.